

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/19844921.v14.n32.10>

A pandemia e a linguagem filosófica

The pandemic and the philosophical language

Oneide Perius*

Resumo: A pandemia modificou o mundo de muitas maneiras. Tivemos que nos adaptar a novas rotinas e novos hábitos. Com isso, nos foram impostos desafios extraordinários. Nos mais diferentes campos, a partir de então, os intelectuais foram instigados a tentar compreender o que está acontecendo e as perspectivas que esta realidade nos apresenta. Na filosofia também não foi diferente. Nosso artigo, dessa forma, pretende acompanhar a tentativa de dois pensadores e duas pensadoras em assimilar o choque causado pela pandemia a partir de suas análises filosóficas. A ênfase deste estudo, no entanto, não está em reconstruir, simplesmente, as teses dos respectivos autores e autoras, mas, sim, localizar a tensão entre os esquemas conceituais já consolidados e a novidade de uma realidade que não cessa de exigir sua renovação e atualização.

Palavras-chave: Pandemia. Linguagem Filosófica. Realidade. Pensamento.

Abstract: The pandemic has changed the world in many ways. It was necessary to adapt to new routines and new habits. As a result, extraordinary challenges were imposed on us. From this point onwards, in the most different fields, intellectuals were instigated to try to understand what was happening and the perspectives that this reality presents. In Philosophy it was no different either. Therefore, our article intends to follow the attempt of four thinkers to assimilate the shock caused by the pandemic from their philosophical analyses. The emphasis of this study, however, is not on simply reconstructing the theses of the respective authors, but rather on locating the tension between the already consolidated conceptual schemes and the novelty of a reality that does not cease to demand its renewal and updating.

Keywords: Pandemic. Philosophical Language. Reality. Thought.

* Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Introdução

O mundo começou sem o homem e acabará sem ele.
(LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 411).

É muito conhecida a espirituosa formulação aristotélica de que a filosofia começa com o assombro (*τὸ θαυμάζειν*) ante a realidade. Para além dos clichês acadêmicos que a citação de tal argumento corre o risco de endossar, se faz necessária uma reflexão sempre renovada sobre o sentido próprio e atual dessa maneira de pensar a filosofia. O ato de assombrar-se pressupõe, necessariamente, uma capacidade de estranhamento. E falamos aqui em “capacidade” por um motivo muito preciso. A história da filosofia, como muitos pensadores já destacaram, está marcada por uma espécie de compulsão à identidade. Torná-la conhecida, esquadrihar a realidade a ponto de fazê-la caber perfeitamente em nossos conceitos e esquemas mentais, este tem sido o esforço dos filósofos ao longo dos séculos. O caráter assombroso e estranho da realidade, dessa maneira, tende a dar espaço a uma postura arrogante dos seres humanos convencidos de que são capazes de dominar completamente, através de conceitos e através do instrumental técnico, a natureza. Tal postura antropocêntrica é intensificada na modernidade, em que saber e poder tornam-se sinônimos. A capacidade de estranhamento, assim, revela uma salutar resistência da linguagem filosófica a um conjunto de dinâmicas de pensamento que constroem conceitos autossuficientes e que passam a prescindir da realidade.

A pandemia é mais uma dessas manifestações potentes de uma realidade que teima em se intrometer e acaba por desfazer nossas formas de compreensão e ação. Apesar de sermos responsáveis por um avanço técnico-científico extraordinário, ainda somos incapazes de enfrentar as questões mais urgentes e prementes no que se refere

a nossa sobrevivência. Ou seja, seremos ainda suficientemente hábeis para nos assombrar diante do que está acontecendo? Ou continuaremos a acreditar cegamente em nossas lógicas de vida e de pensamento, olhando para a pandemia como um mero imprevisto passageiro? Em outras palavras, a pandemia terá força suficiente para nos fazer repensar o nosso “normal” ou tentaremos, desesperadamente, voltar à normalidade para que tudo isso possa ser esquecido?

De maneira geral, a costumeira lucidez dos grandes pensadores não combina muito com as exigências imediatistas de posicionamentos apressados sobre fenômenos que ainda não puderam ser devidamente analisados e mais bem compreendidos. Maturar ideias sobre eventos que rompem com a linearidade dos acontecimentos previstos por certas lógicas analíticas é uma atitude essencial para que o “novo” daquilo que irrompe não seja injustamente desconsiderado ou falseado. A pandemia, neste sentido, é um fenômeno de tal magnitude que é impossível, ou pelo menos extremamente arriscado, reduzi-la a esquemas de compreensão que temos à disposição. O caráter não idêntico da realidade mostra aí todo o seu peso. E o pensamento, que não tem medo de assombrar-se e não quer se paralisar, precisa se renovar a partir de tal evento.

Dessa forma, diante da gravidade da situação e da desorientação geral provocada pela pandemia, é natural que sejam esperados posicionamentos de quem se tornou referência nas mais diversas áreas. A filosofia não é exceção. Vários pensadores se dedicaram a isso. Puseram-se a pensar no olho do furacão. Arriscaram-se. Muitas coisas interessantes surgiram daí. Outras tantas bobagens foram ditas. O que é certo é que estamos hoje, ainda que a pandemia não tenha sido completamente vencida, em condições um pouco mais privilegiadas, em razão do tempo que tivemos para acompanhar os mais diferentes debates e posicionamentos, de fazer um balanço de

algumas perspectivas teóricas que se sobressaíram em relação ao fenômeno analisado. Certamente, muitos dos efeitos da pandemia ainda estão em curso e ainda levará algum tempo para que consigamos processar o seu impacto sobre as formas de compreender a realidade. Ainda assim, algumas tendências gerais parecem se impor. Nosso artigo, neste sentido, pretende acompanhar e se posicionar sobre as análises filosóficas de um grupo de pensadores e pensadoras que aceitaram e tomaram para si a responsabilidade de pensar o significado da pandemia para a filosofia e para as sociedades neste início de século. A tensão entre esquemas interpretativos já consolidados e uma realidade nova e amplamente imprevisível marca intimamente a linguagem filosófica que emerge destes exercícios hermenêuticos.

Giorgio Agamben

Os textos do filósofo italiano sobre a pandemia, que começaram a aparecer ainda em fevereiro de 2020, causaram imediatamente grande polêmica e tiveram enorme repercussão. A Itália, naquele momento, era o epicentro da epidemia. Diante da gravidade da situação, do ponto de vista sanitário, já estavam em curso as primeiras medidas que impunham restrição de mobilidade, distanciamento social, bem como restrições para a realização de eventos. Neste contexto, resulta bastante natural que um dos maiores intelectuais do país fosse instigado a se expressar sobre o que estava acontecendo. E Agamben não tardou em fazê-lo.

Seu primeiro texto foi publicado em 26 de fevereiro de 2020, no jornal italiano *Il Manifesto*, e se intitula “A invenção de uma pandemia”. No artigo, o filósofo escreve: “Parece quase que, esgotado o terrorismo como motivador de medidas de exceção, a invenção de uma pandemia possa agora oferecer o pretexto para ampliá-las além de todo limite” (AGAMBEN, 2020). Um pouco antes, no mesmo texto, o filósofo se

refere à doença como “uma gripe normal, não muito diferente daquelas recorrentes todos os anos” (AGAMBEN, 2020). Obviamente, é preciso considerar o fato de que o alcance da pandemia naquele momento era ainda bastante limitado. No entanto, repercutiu imediatamente tal negacionismo manifesto por um dos mais importantes filósofos da atualidade.

Faz-se necessário, porém, ainda que não seja o caso de tentar justificar sua posição, entendê-la no contexto de sua obra. Agamben inicia, ainda nos anos noventa, com o seu livro *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*, um audacioso projeto filosófico que tem como finalidade compreender a lógica própria daquilo que se convencionou chamar de biopolítica nas sociedades contemporâneas. O que o pensador italiano procurou explicitar é como a vida era inscrita nos cálculos do poder soberano. Em outras palavras, “Agamben se pergunta acerca dos dispositivos jurídicos através dos quais a política captura a vida” (CASTRO, 2008, p. 11, tradução nossa).

O cenário contemporâneo, onde nasce tal perspectiva de análise filosófica, é o de democracias cada vez mais protegidas por dispositivos cuja finalidade é neutralizar qualquer dissidência. E, para isso, a dinâmica política de matriz schmittiana, onde a sociedade passa a ser dividida em amigos e inimigos, torna-se o núcleo desde o qual as suas estratégias podem ser compreendidas. O 11 de setembro, nos EUA, se tornou um evento que exemplificou perfeitamente aquilo que Agamben vinha formulando em termos teóricos. O terrorismo passa a ser a ameaça que orientará todas as estratégias de controle da população. Além disso, não deixa de ser um alibi perfeito para que tais lógicas de controle sejam expandidas de modo extremamente rápido e eficaz. O inimigo, o terrorista, pode ser todo e qualquer um. Ou seja, o inimigo não está apenas fora, mas pode estar também dentro. Isso torna necessário um aparato de vigilância extremamente sofisticado

que tem sua aplicabilidade estendida para muito além do enfrentamento do terrorismo. A qualquer momento, suspeitos poderão ser detidos e interrogados, poderão ter seus direitos e garantias suspensos pelo simples fato de parecerem suspeitos.

Lembremos nas proximidades do 11 de setembro que no dia 26 de outubro de 2001, o senado norte-americano promulgou o *Patriot Act* que permitia ao “*Attorney general*” manter preso a qualquer estrangeiro (*alien*) que fosse sequer suspeito (não precisava de provas ou evidências) de atividades que colocassem em perigo (não precisava ter cometido um ato, só pensar que podia representar uma ameaça) a “segurança nacional dos EUA”. Este ato legal do presidente Bush anulava radicalmente o estatuto jurídico do indivíduo conduzindo-o a um ser inominável, inclassificável juridicamente. As constantes práticas de cárceres clandestinos da Otan por diversos países para encerrar, interrogar e torturar estes prisioneiros suspeitos de terrorismo (descobriu-se que Kadafi tinha permitido aos EUA e à Inglaterra a instalação, na Líbia, de campos de prisioneiros para serem interrogados), a situação dos migrantes sem documentos, os decretos de exceção nos tumultos em bairros da França ou Inglaterra, a situação de muitas favelas de Rio de Janeiro e São Paulo, as contínuas tentativas de criminalizar os movimentos sociais no Brasil, o fato de governar por decretos presidenciais (que são atos de exceção), entre outros, são exemplos vivos em que a exceção continua operando como técnica de governo de populações perigosas. Cada vez que um grupo social representar uma ameaça para a ordem, o Estado de direito invocará a exceção para suspender seus direitos tornando-o vulnerável e como consequência facilmente governável. Nesse ato de excepcionalidade captura-se a vida humana mas também se revela a vontade soberana, oculta no Estado de direito. (RUIZ, 2011, p. 41).

Duas dinâmicas, portanto, se tornam imediatamente legíveis a partir disso. Primeiramente, a lógica biopolítica onde as proteções jurídicas podem ser suspensas a qualquer momento em nome da segurança. Torna-se patente, assim, a atualidade daquele par de conceitos que os gregos usavam para se referir à vida: *bios* e *zoé*. *Bios* seria, neste contexto, a vida qualificada, inscrita numa comunidade política, vida protegida por normas aceitas coletivamente. *Zoé* seria a pura vida animal, vida biológica. Este âmbito, portanto, não faz

nenhuma referência à pertença a uma comunidade política. É a mera vida, vida nua.

De acordo com o filósofo italiano, nas sociedades contemporâneas, a dialética entre estes conceitos é amplamente explicativa. A todo momento a *bios*, vida protegida do cidadão que tem direitos, pode ser reduzida à sua pura expressão biológica, *zoé*, onde o indivíduo se torna um mero corpo à disposição do poder soberano. A dialética entre proteção e abandono, assim, é constitutiva da lógica biopolítica. A segunda dinâmica que se torna explícita é o conjunto de consequências e o alcance que estas dinâmicas passam a ter em nossas sociedades. Ou seja, uma vez legitimada a necessidade de um rigoroso controle, da ampla vigilância e, assim, justificada a possibilidade sempre tangível de supressão de um conjunto de garantias, o que passa a se tornar preocupante é a utilização cada vez mais frequente destes dispositivos de exceção, de supressão da ordem legal, para o monitoramento e enfrentamento daqueles que se mobilizam contra o sistema político vigente. Isto é, os inimigos não são mais apenas os terroristas, mas todos aqueles que ameaçam a estabilidade do sistema político. Os mecanismos de controle passam a ser usados contra grupos e indivíduos politicamente perigosos.

O totalitarismo, dessa maneira, mostra sua face mais perversa no interior das ditas democracias contemporâneas. Um conjunto de dispositivos opera internamente, restringindo liberdades, vigiando e monitorando, sem com isso romper com a ideia de que estamos numa sociedade plenamente democrática.

Este, portanto, é o pano de fundo de onde parte a leitura que Giorgio Agamben faz da pandemia. Sua preocupação, como se pode observar pelos seus textos, não é tanto a pandemia do ponto de vista sanitário, que, aliás, compreendeu de forma totalmente equivocada, mas o fato potencialmente perigoso de esta pandemia se tornar um

álibi perfeito para alimentar ainda mais os sistemas de controle e de vigilância que, mais uma vez, implicariam restrições de direitos. Neste sentido, o filósofo escreve no artigo *Esclarecimentos*, publicado em 17 de março de 2020:

O medo é um mau conselheiro, mas faz aparecer muitas coisas que fingíamos não ver. A primeira coisa que a onda de pânico que paralisou o país põe em evidência é que nossa sociedade não acredita em mais nada, a não ser na vida nua. É evidente que os italianos estão dispostos a sacrificar praticamente tudo, as condições normais de vida, as relações sociais, o trabalho, até mesmo as amizades, os afetos e as convicções religiosas e políticas pelo perigo de ficar doentes. A vida nua – e o medo de perdê-la – não é algo que una os homens, mas que os cega e os separa. (AGAMBEN, 2020).

O negacionismo agambeniano, no entanto, assim nos parece, não pode levar a uma total desconsideração de um conjunto de reflexões necessárias que o autor traz à pauta. A lógica de um poder governamental que usa cada vez mais situações de constante crise e emergência para justificar medidas impopulares certamente não perderá a oportunidade de utilizar a situação de confinamentos e restrições em seu próprio benefício. Nas suas palavras,

O que preocupa não é tanto, ou não somente, o presente, mas o depois. Assim como as guerras deixaram de herança à paz uma série de tecnologias nefastas, dos arames farpados às centrais nucleares, também é muito provável que se tente dar continuidade, mesmo após a emergência sanitária, aos experimentos que antes os governos não conseguiam realizar: que universidades e escolas sejam fechadas e que se deem somente aulas online, que cessem finalmente os encontros e as conversas por razões políticas ou culturais e que haja apenas troca de mensagens digitais, que onde quer que seja possível as máquinas substituam todo o contato – todo contágio – entre os seres humanos. (AGAMBEN, 2020).

É preciso, portanto, pesar os argumentos e reconhecer a potencialidade neles contida. E como não precisamos dos filósofos como se fossem gurus que têm que nos explicar como o mundo

todo funciona e o que deveríamos fazer, podemos tranquilamente dispensar o maniqueísmo epistêmico e aceitar que existem elementos interessantes e necessários nesta análise, ainda que o seu ponto de partida seja de difícil aceitação. O tensionamento, no âmbito da linguagem filosófica, entre as formas e estruturas de pensamento já sedimentadas e o impacto de uma realidade nunca plenamente subsumível nestes esquemas revela a própria vida do pensamento. Ou seja, a forma apressada com que Agamben tentou reduzir a pandemia àquilo que sua teoria permitia enxergar evidencia o cuidado necessário para que os conceitos filosóficos auxiliem a pensar a realidade e não bloqueiem o acesso a ela. Pensar as consequências biopolíticas contidas nas políticas de enfrentamento da pandemia não deveria, em tese, excluir o necessário entendimento da emergência sanitária.

Slavoj Zizek

O filósofo esloveno Slavoj Zizek tem sido uma das vozes mais provocativas na filosofia contemporânea. E isso a ponto de transgredir as rígidas fronteiras entre a filosofia e outras tantas áreas do conhecimento, como a psicanálise, a literatura, o cinema, as ciências políticas e o direito. Apesar da profusão de obras, artigos e entrevistas sobre temas variados, há um núcleo filosófico ao qual remete toda a sua produção: acompanhar a constituição da dinâmica própria das sociedades capitalistas contemporâneas e os processos de subjetivação daí resultantes. Tanto no sentido de perceber as “amarras” que prendem os indivíduos antes mesmo que estes o percebam, como também no sentido de perceber as possibilidades de romper com as cadeias dos modos de subjetivação dominantes nas sociedades atuais. A ação política que poderia transformar a realidade dependerá disso. Theodor Adorno expressa de forma muito exata o desafio que significa manter viva a crítica nestas sociedades onde a

aparência de liberdade parece bloqueá-la: “A aparência de liberdade faz com que a reflexão sobre o servilismo seja muito mais difícil do que no momento em que o espírito se encontrava em contradição com a opressão declarada” (ADORNO, 1977, p. 13, tradução nossa).

Em seu livro *Bem-vindos ao deserto do real*, Žizek lembra uma pequena anedota que diz muito sobre a sua maneira de compreender a filosofia e o seu papel nas sociedades atuais:

Em uma antiga anedota da já extinta República Democrática Alemã, um trabalhador alemão consegue um emprego na Sibéria; consciente de que suas correspondências serão lidas pela censura, diz a seus amigos: “Vamos estabelecer um código: se a carta que lhes enviar estiver escrita com tinta azul, seu conteúdo será verdadeiro; se estiver escrita com tinta vermelha, será falso”. Passado um mês, seus amigos recebem a primeira carta, escrita com tinta azul: “Aqui tudo é maravilhoso: as lojas estão repletas, a comida é abundante, os apartamentos são amplos e possuem boa calefação, nos cinemas exibem filmes ocidentais, há muitas garotas dispostas a uma aventura... A única coisa que não se pode encontrar é tinta vermelha”. (ŽIZEK, 2005, p. 7, tradução nossa).

Esta pequena história acaba nos lembrando de algo que expõe de forma muito peculiar nossa condição de indivíduos. “Nos sentimos livres porque nos falta a linguagem para articular nossa falta de liberdade” (ŽIZEK, 2005, p. 7, tradução nossa). Ou seja, introjetamos de tal forma uma lógica de violência que nos tornamos incapazes de perceber seus efeitos. A dialética entre uma estrutura social construída sobre a aparência de liberdade e os modos de subjetivação que encontram lugar nesse contexto passa a ser o pano de fundo de onde partem as contribuições filosóficas do autor.

A pandemia, nesse sentido, expôs, de forma absolutamente brutal, a lógica perversa e segregadora que nossa sociedade da economia globalizada pretendia esconder. Os lucros das grandes empresas ultrapassam qualquer fronteira nacional. A economia, em outras palavras, é pensada de forma global. Sua estrutura é

absolutamente transnacional. A fome, as guerras, os problemas, e agora os efeitos da pandemia, por outro lado, ainda são pensados a partir de uma lógica segregadora. Ainda assim, as exigências práticas impostas pelo enfrentamento da pandemia podem significar, para o filósofo esloveno, uma oportunidade de repensarmos, forçados pela necessidade, nossas relações e nossas instituições sociais. Portanto, a situação pandêmica evidencia coisas muito importantes: as estruturas e contradições de nossa sociedade, bem como a necessidade de construir um outro mundo, baseado em outras relações. As notícias de que certos países ricos ofereceram mais dinheiro comprando vacinas em número muito maior do que sua necessidade real, enquanto países pobres não receberam nenhum suporte e nenhuma ajuda, expõem uma lógica perversa onde a prevalência da economia sobre a vida se torna evidente. Slavoj Žižek escreve:

Hegel escreveu que a única coisa que podemos aprender com a história é que não aprendemos nada com a história, então duvido que a epidemia nos deixará mais sábios. A única coisa que está clara é que ela irá estilhaçar os próprios fundamentos de nossas vidas, provocando não apenas uma imensa quantidade de sofrimento, mas também um caos econômico possivelmente pior que o da Grande Recessão. Não há retorno ao normal, o novo “normal” terá de ser construído sobre as ruínas de nossas antigas vidas, ou nos encontraremos em uma nova barbárie cujos sinais já estão ficando cada vez mais perceptíveis. Então, não bastará tratarmos a epidemia como um acidente infeliz, nos livrar de suas consequências e retornar ao funcionamento tranquilo do velho sistema. Será preciso levantar a pergunta-chave: o que há de errado em nosso sistema atual para sermos pegos despreparados por essa catástrofe, apesar de os cientistas estarem há anos nos alertando sobre ela? Fornecer uma resposta a essa questão demandará muito mais que apenas novas formas de atendimento de saúde global. (ŽIŽEK, 2020).

Nosso sistema econômico está construído sobre uma lógica completamente insustentável. A relação do ser humano para com a natureza, no interior deste sistema, é baseada numa exploração sem limites. Grandes corporações levam adiante uma lógica onde o lucro

está acima de qualquer critério ético. Em uma sociedade, portanto, onde as mais diversas esferas da vida humana estão colonizadas por essa lógica, não surpreende a dificuldade de encontrar soluções coletivas para o enfrentamento da pandemia. Este, de acordo com o filósofo esloveno, é o grande desafio que a pandemia nos impõe.

Não estamos lidando apenas com ameaças virais – outras catástrofes também rondam nosso horizonte, se já não estão ocorrendo: secas, ondas de calor, tempestades massivas etc. Em todos esses casos, a resposta correta deve ser não um pânico generalizado, mas o trabalho duro e urgente de estabelecer algum tipo de coordenação global eficiente. (ZIZEK, 2020).

A pandemia, dessa forma, não é o único problema que enfrentamos e que exige um conjunto de ações coordenadas e coletivas. Inúmeros problemas resultantes das mudanças climáticas, das guerras e da desigualdade econômica são outros exemplos. E, por mais graves que sejam estes problemas e por mais urgentes que sejam as soluções estruturais que exigem, pouco vem sendo feito. A normalidade, em outras palavras, está edificada sobre um sistema social injusto, excludente e violento. A pandemia revela isso de forma ainda mais intensa. Nesse sentido, pode ser situada a solução proposta pelo filósofo:

Precisamos de solidariedade incondicional e de uma resposta globalmente coordenada, uma nova forma daquilo que certa vez se chamou de comunismo. Se não orientarmos nossos esforços nessa direção, a Wuhan de hoje talvez venha a ser a imagem da cidade de nosso futuro. Muitas distopias já imaginaram um futuro semelhante: ficamos em larga medida em casa, trabalhamos de nossos computadores, nos comunicamos via videoconferência, nos exercitamos em aparelhos no canto de nosso home office, ocasionalmente nos masturbamos em frente a uma tela exibindo sexo explícito e encomendamos comida a ser entregue em casa. [...] Não me refiro aqui ao comunismo à moda antiga, é claro, mas simplesmente a algum tipo de organização global capaz de controlar e regular a economia, bem como de limitar a soberania de Estados-nação quando assim for necessário. Países inteiros foram capazes de fazer

isso em condições de guerra, e estamos efetivamente nos aproximando, todos nós, de um estado de guerra médica. (ZIZEK, 2020).

Ou seja, o que o filósofo esloveno está propondo é que precisamos aprender a pensar e enfrentar os problemas a partir da lógica do “comum”. A pandemia nos mostra que, se um país for eficiente em seu combate e o seu vizinho for desleixado, ambos os países serão comprometidos. Não há soluções locais para problemas globais. Não resolveremos nossos problemas, em outras palavras, construindo muros. A sociedade globalizada exige que os problemas sejam pensados para além da lógica dos Estados.

A leitura de Zizek, portanto, tem o grande mérito de perceber, na gravidade da emergência sanitária, o desvelamento de uma lógica completamente insustentável que guia os nossos modos de vida. A Covid-19 e o modo fulminante com que nos atingiu acabam revelando a estrutura cruel e desigual de um mundo onde a vida não é prioridade. Os grilhões do capital, que nos prendem às formas de vida colonizadas pela esfera econômica, estão expostos de forma cristalina neste momento de crise.

Há uma oportunidade de ação, portanto. Instantes de crise podem ser também momentos de mudanças. Nada, porém, está garantido. Percebe-se, dessa maneira, que a ação política transformadora só poderá ocorrer se formos capazes de compreender corretamente o real. Em outras palavras, o quadro teórico com o qual o filósofo esloveno trabalha, pode-se dizer com certa tranquilidade, é bastante aberto às manifestações de uma realidade que está sempre em movimento. O que Zizek quer nos mostrar, porém, é que apesar da velocidade com que as coisas mudam, apesar do caráter supostamente efêmero dos acontecimentos que observamos, existem estruturas gerais bastante sólidas que precisam ser claramente identificadas para que a ação politicamente revolucionária seja possível.

Angela Davis e Naomi Klein

Angela Davis e Naomi Klein, pensadoras e ativistas da causa feminista, das questões raciais e, também, das questões econômico-políticas, protagonizaram um importante debate on-line, organizado pela Rising Majority, no dia 2 de abril de 2020. Em coerência com suas preocupações já desenvolvidas em várias e impactantes pesquisas, puseram-se a pensar as estruturas das sociedades capitalistas contemporâneas com toda a lógica de precarização, exclusão e agravamento de desigualdades que nos impõem. A partir desse cenário de crise e de desastre é que a pandemia, segundo as autoras, deve ser pensada. Não se trata de um evento fortuito que nos atinge sem ter nos dado o devido tempo de preparação. Justamente o contrário é o que ocorre. A pandemia é um resultado direto de um modelo econômico selvagem de exploração da natureza. E o seu enfrentamento não fracassou simplesmente porque não nos foi dado tempo, mas sim pelo fato de que a economia assume uma brutal primazia em relação à vida. Se as autoras puderam chamar a atenção para isso em um momento ainda relativamente inicial da pandemia, tanto mais nós podemos dar-lhes razão por tudo o que aconteceu depois.

Angela Davis, filósofa e professora emérita da Universidade da Califórnia, é bastante conhecida desde, pelo menos, a publicação de sua obra de referência *Mulheres, raça e classe*, em 1981. Ao aproximar as questões do feminismo da necessária discussão acerca do racismo e da histórica luta de classes, a autora já aponta um elemento absolutamente necessário para qualquer ação política no interior da sociedade contemporânea: o fato de que não é possível compreender a sua dinâmica de uma forma atomística e departamentalizada. É preciso trazer à tona a estrutura fundamental no interior da qual estes mais diversos casos de violência se comunicam. Nesse sentido,

não há qualquer manifestação de esperança da filósofa no sentido de achar que as sociedades capitalistas pudessem conseguir lidar com uma crise do tamanho desta provocada pelo coronavírus. E isso porque a lógica capitalista é a da segregação e do sacrifício. A violência sistemática e a precarização da vida de uma grande parcela da população são, desde muito tempo, combustíveis para a saúde dos sistemas econômicos. Nesse sentido, a filósofa é enfática:

A razão pela qual existe uma crise de saúde é justamente o processo de privatização iniciado na década de 1980, época em que surgiu o complexo industrial prisional. Os hospitais agora funcionam sob os mandamentos do lucro, do capital. E leitos extras vazios não são lucrativos, estoques de equipamentos, de ventiladores a máscaras, não são compatíveis com a produção *just in time*. Portanto, o capitalismo global é de fato responsável pela incapacidade de lidar com esta pandemia. (DAVIS; KLEIN, 2020).

E a autora vai ainda mais longe. Segundo ela, todas as medidas que já naquele momento passaram a ser consideradas também nos EUA, como a quarentena e o afastamento do trabalho, expõem de forma ainda mais dura a desigualdade social. Um grande número de pessoas sem casa; uma situação preocupante de mulheres e crianças vítimas de violência e que terão que conviver o dia todo com os seus agressores; detentos expostos a ambientes onde o vírus se prolifera muito mais rapidamente. Ou seja, a lógica que leva a essa pandemia e a dificuldade em enfrentá-la não são nada de novo. Um sistema econômico onde a vida não é o valor central está fadado a nos destruir. E, assim como no caso da sua histórica luta contra o racismo, em que mostrava claramente que o problema não era simplesmente “de consciência”, mas sim de uma estrutura econômica e social que segregava a população negra e alimentava uma ideologia racista, também no caso da pandemia, o seu efetivo enfrentamento só poderá ocorrer quando a lógica capitalista for enfrentada. Os ditos românticos de que “estamos todos no mesmo barco” e de que é preciso

solidarizar-se com todos escondem um sistema desumano e cruel, em que algumas vidas valem muito mais do que outras.

Naomi Klein, jornalista e ativista canadense, traz uma significativa contribuição para o debate ao vincular os problemas evidenciados pela pandemia à sua compreensão daquilo que denomina “capitalismo de desastre”. O livro em que expõe detalhadamente como entende esse conceito é *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*, publicado originalmente em 2007 e traduzido para o português em 2008. O exemplo inicial que a autora traz à tona e que explica a utilização desta terminologia é o da tragédia causada pelo furacão Katrina em Nova Orleans, em 2005. Diante da destruição quase completa das escolas públicas em vários bairros pobres, o próprio Milton Friedman, grande mentor do liberalismo contemporâneo, vai a público mostrar que a tragédia pode ser uma oportunidade de fazer mudanças necessárias. A autora escreve:

Entre os que vislumbraram uma oportunidade nas inundações de Nova Orleans estava Milton Friedman, grande guru do movimento pelo capitalismo sem grilhões e o homem a quem também foi creditada autoria do livro-texto para a hipermóvel economia global contemporânea. Aos 93 anos de idade e com a saúde debilitada, “Tio Miltie”, como era conhecido por seus seguidores, ainda assim encontrou forças para escrever um editorial no *Wall Street Journal* três meses depois que os diques estouraram. “A maior parte das escolas de Nova Orleans está em ruínas”, Friedman observou, “assim como os lares das crianças que estudavam ali. As crianças agora estão espalhadas por todo o país. Isso é uma tragédia. É também uma oportunidade para reformar radicalmente o sistema educacional”. A ideia radical de Friedman sustentava que, em vez de gastar uma parte dos bilhões de dólares do dinheiro da reconstrução refazendo e melhorando o sistema escolar público preexistente em Nova Orleans, o governo deveria fornecer *vouchers* para as famílias, os quais elas poderiam gastar nas instituições privadas, muitas com fins lucrativos, que seriam subsidiados pelo Estado. Tornar-se crucial, como Friedman escreveu, que essa mudança fundamental não fosse apenas uma solução emergencial mas se convertesse “numa reforma permanente”. (KLEIN, 2008, p. 14).

Daí surge o termo “capitalismo de desastre”. Ou seja, um sistema econômico que se aproveita de crises e tragédias humanitárias para conduzir reformas justificadas pela situação emergencial. Reformas estas que em tempos de “normalidade” não seriam bem-aceitas. Vende-se a ideia, fundamentalmente, de que as crises e as situações de emergência, geralmente produtos diretos de uma lógica econômica selvagem e desregulamentada, podem ser resolvidas com mais capitalismo, mais mercado e menos interferência estatal.

As teorias que veem na crise não apenas um aspecto negativo, mas uma oportunidade, crescem cada vez mais. E isso porque a lógica neoliberal exige reformas e medidas amplamente impopulares que precisam ser sempre justificadas a partir de um “estado de necessidade”. Os momentos em que grandes tragédias acontecem são, assim, utilizados para propor aquilo que parece abominável como sendo o inevitável.

Tenho escrito sobre o capitalismo do desastre, mas esta é uma crise criada pelo sistema capitalista. A pandemia em si é a expressão da guerra contra a natureza. Doenças migrando de animais selvagens para a esfera humana porque estamos invadindo a natureza, mais e mais. Estamos vendo isso de todas as formas... Nós já sabemos que essa doença prejudica quem está com o sistema imunológico fraco, já sabemos disso, sabemos o que o vírus faz. No entanto, se olharmos de fora, o que vemos é o sistema econômico. Ele é tão inconsequente que é construído sobre essa disposição de sacrificar vidas em nome do lucro – sempre foi assim, desde o tráfico de escravos no Atlântico até a crise climática. (DAVIS; KLEIN, 2020).

Ou seja, de acordo com Naomi Klein, não podemos seguir pensando a pandemia em termos de oposição com a suposta “normalidade”, como se tivéssemos ingressado subitamente em um mundo com leis totalmente diversas do nosso mundo. A pandemia é um resultado direto de nossa ação sobre a natureza e o seu enfrentamento precário é uma consequência direta do mundo

desigual, injusto e violento que construímos. “O *status quo* é uma emergência, quer pelo encarceramento em massa, quer pelos níveis absolutamente insustentáveis de desigualdade e injustiça, quer pela nossa guerra contra a natureza” (DAVIS; KLEIN, 2020). Ou seja, se a pandemia não abrir nossos olhos para a racionalidade perversa dos sistemas que nos governam e não nos levar a uma solidariedade potente o suficiente para quebrar com a lógica do lucro que ainda tem alimentado o capitalismo do desastre, a tragédia será ainda maior do que apenas sanitária.

Considerações finais

O que procuramos explicitar neste artigo é a tensão, no âmbito próprio da linguagem filosófica, entre quadros conceituais já consolidados e uma realidade que com sua absoluta novidade tensiona a estrutura do que já está pensado. O pensamento, em outras palavras, sob pena de se paralisar até tornar-se doutrina, precisa ser o exercício permanente de abertura à realidade. O caso de Giorgio Agamben é paradigmático nesse sentido. A tentativa de reduzir a pandemia a uma perspectiva teórica já consolidada o fez desconsiderar muito de sua especificidade. Assim, ainda que sua análise não seja totalmente equivocada, perde de vista um amplo conjunto de elementos sem os quais a situação atual é impensável. Ainda que as outras análises aqui consideradas também seguissem o movimento de inscrever a análise da pandemia em estruturas teóricas já desenvolvidas, o fato de serem estruturas mais amplas facilitou a construção de uma leitura mais sólida.

Como ponto de convergência de todas as análises apresentadas, no entanto, é preciso destacar a absoluta exigência de se pensar a pandemia como uma consequência direta de nossos modos de vida no interior das sociedades capitalistas. Não faz nenhum sentido

a obsessão em voltar “ao normal”. É justamente este normal que nos levou até a emergência pandêmica. Mudanças climáticas cada vez mais bruscas, acompanhadas de índices de desigualdade e de pobreza alarmantes, não podem ser algo normal. Portanto, os freios de emergência deste trem do progresso precisam ser acionados o mais rapidamente possível. E a pandemia, nesse sentido, não pode ser rotulada simplesmente como um desvio da normalidade, um ponto fora da curva. Precisa ser enfrentada como uma consequência direta de nossa ação e de nosso modelo de desenvolvimento econômico. A violência e a destruição não são elementos que interrompem esse processo. Ao invés disso, são os resultados de seu curso.

Referências

- ADORNO, T. W. Prismen. Kulturkritik und Gesellschaft. In: *Gesammelte Schriften, Band 10.1*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1977.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. *Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia*. Tradução Isabella Marcatti. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Ebook Kindle.
- CASTRO, Edgardo. *Giorgio Agamben: una arqueología de la potencia*. 1. ed., Buenos Aires: Jorge Baudino Ediciones, UNSAM EDITA de Universidad Nacional de General San Martín, 2008.
- DAVIS, Angela; KLEIN, Naomi. *Construindo movimentos: uma conversa em tempos de pandemia*. Tradução Leonardo Marins. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Ebook Kindle.
- KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Tradução Vânia Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LÉVI-Strauss, Claude. *Traurige Tropen*. Übersetzt von Eva Moldenhauer. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1982.

RUIZ, Castor Bartolomé. O estado de exceção como paradigma de governo. *IHU Online*. Edição 373, São Leopoldo, p. 39-41, 12 set. 2011.

ZIZEK, Slavoj. *Bienvenidos al desierto de lo real*. Tradução Cristina Vega Solís. Madrid: Akal, 2005.

ZIZEK, Slavoj. *Pandemia: Covid-19 e a reinvenção do comunismo*. Tradução Arthur Renzo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

Recebido em: 14/12/2021
Aprovado em: 22/02/2022